



PROTOCOLO Nº : 15.073-8/2022
PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA
INTERESSADA : MARIA TEREZA DA ROCHA SILVA
ASSUNTO : APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

RAZÕES DO VOTO

Destaco que a Resolução Normativa n.º 16/2022 alterou a Resolução Normativa n.º 3/2022 e instituiu um novo modelo de análise simplificada, baseada em materialidade, relevância e risco, dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, com o objetivo de garantir o cumprimento do prazo decadencial de 5 (cinco) anos para análise e registro, a contar da chegada do processo a este Tribunal.

De acordo com o artigo 12 da Resolução supracita, a análise simplificada da Unidade Técnica sobre os atos concessivos de aposentadoria, reforma, reserva e pensão se limitará a verificar a indicação dos dispositivos legais e publicação do ato da respectiva concessão, nos casos em que: I) o valor do benefício seja inferior a seis salários-mínimos; ou II) haja posicionamento do controle interno e da procuradoria jurídica favorável à concessão do benefício.

Nesse contexto, considerando que a análise simplificada da Unidade Técnica constatou o preenchimento dos requisitos dos incisos I e II do art. 12 da Resolução Normativa n.º 3/2022, acolho o Parecer Ministerial n.º 203/2023 de autoria do Procurador Geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, e conforme artigo 1º, inciso VI, c/c artigo 43, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 269/07, **VOTO** no sentido de:

I) JULGAR LEGAL a planilha de cálculo dos proventos integrais;





II) REGISTRAR a Portaria n.º 228/2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de MT no dia 22/06/2022, que se refere à concessão da **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição** à **Sra. MARIA TEREZA DA ROCHA SILVA**, servidora efetiva, no cargo de Técnico Administrativo Educacional, Classe “C”, Nível “07”, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o artigo 82, incisos I, II, III e IV, da Lei n.º 116 de 07/05/2018, Lei Complementar n.º 040/2009 e Lei Complementar Municipal n.º 161 de 24 de fevereiro de 2022.

Ressalta-se que o presente voto foi elaborado exclusivamente com base na análise simplificada efetuada pela Unidade de Instrução e que eventuais pontos não analisados poderão ser objeto de futura apreciação.

É como voto.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 06 de fevereiro de 2023.

*(assinatura digital)*¹
Conselheiro Guilherme Antonio Maluf
Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

